A Era de Erdoğan: Uma análise sobre a trajetória turca do Kemalismo ao Neo-Otomanismo

The Erdoğan Era: An Analysis of Türkiye's Trajectory from Kemalism to Neo-Ottomanism

La Era de Erdoğan: Un análisis de la trayectoria de Turquía desde el Kemalismo hasta el Neo-otomanismo

Dominique Marques de Souza[1]

RESUMO

Este artigo busca analisar a Política Externa da Turquia sob o governo de Recep Tayyip Erdoğan, trazendo luz ao contexto de criação do Partido da Justiça e Desenvolvimento (AKP), junto às ideias propostas na Doutrina de Profundidade Estratégica, de Ahmed Davutoğlu, também fundador do AKP e ex-Primeiro Ministro da Turquia. Para isso, foi feita uma análise sobre os governos anteriores a Erdoğan, buscando entender a ideologia Kemalista e sua transição ao Neo-Otomanismo, percebido na Era de Erdoğan. O trabalho, assim, tem como objetivo central, demonstrar como as políticas implementadas por Erdoğan e seu partido representam uma ruptura substantiva com o tradicional alinhamento ao Ocidente, buscando reposicionar a Turquia como potência regional e global autônoma. A metodologia é qualitativa, de caráter descritivo-analítico, baseada em uma bibliografia referente ao tema analisado e a autores da geopolítica, a fim de analisar a Política Externa do país. Conclui-se que o projeto político de Erdoğan, alicerçado no conceito de "Profundidade Estratégica", de Davutoğlu, efetivou uma reconfiguração paradigmática e revisionista na Política Externa turca, materializada pelo estabelecimento de novas parcerias estratégicas com Rússia e China, pelo ativismo regional, em conflitos no Oriente Médio, cada vez mais assertivo e pelo questionamento direto das estruturas da OTAN.

Palavras-chave: Turquia; OTAN; Geopolítica; Kemalismo; Neo-otomanismo**.**

ABSTRACT

This article aims to analyze Turkey's Foreign Policy under the government of Recep Tayyip Erdoğan, shedding light on the context of the creation of the Justice and Development Party (AKP), alongside the ideas proposed in the Strategic Depth Doctrine by Ahmet Davutoğlu, cofounder of the AKP and former Prime Minister of Turkey. To this end, an analysis of the governments preceding Erdoğan was conducted, seeking to understand Kemalist ideology and its transition to Neo-Ottomanism, observed in the Erdoğan Era. Thus, the central objective of this work is to demonstrate how the policies implemented by Erdoğan

1. Professora e Pesquisadora em Relações Internacionais. Bacharel em Defesa e Gestão Estratégica Internacional (DGEI-UFRJ); Mestre e Doutora em Economia Política Internacional (PEPI-UFRJ); Pós-doutoranda e bolsista FAPERJ NOTA 10 no Programa de pós-graduação em Relações Internacionais da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (PPGRI-UERJ); Pesquisadora no LabÁsia (UERJ). E-mail: dominique.uerj@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0003-3799-9412.

and his party represent a substantive rupture with the traditional alignment with the West, aiming to reposition Turkey as an autonomous regional and global power. The methodology is qualitative, of a descriptive-analytical nature, based on a bibliography pertaining to the analyzed theme and on authors from geopolitics, in order to analyze the country's Foreign Policy. It is concluded that Erdoğan's political project, grounded in Davutoğlu's "Strategic Depth" concept, effected a paradigmatic and revisionist reconfiguration in Turkish Foreign Policy, materialized through the establishment of new strategic partnerships with Russia and China, through increasingly assertive regional activism in Middle Eastern conflicts, and through the direct questioning of NATO structures.

Keywords: Turkey; NATO; Geopolitics; Kemalism; neo-Ottomanism

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo analizar la política exterior de Turquía durante el gobierno de Recep Tayyip Erdoğan, examinando el contexto de creación del Partido de la Justicia y el Desarrollo (AKP), así como las ideas propuestas en la Doctrina de la Profundidad Estratégica de Ahmet Davutoğlu, también fundador del AKP y ex primer ministro de Turquía. Para ello, se realiza un análisis de los gobiernos anteriores a Erdoğan con el fin de comprender la ideología kemalista y su transición hacia el neo-otomanismo, observable durante la Era de Erdoğan. El objetivo central del trabajo es demostrar cómo las políticas implementadas por Erdoğan y su partido representan una ruptura sustancial con el tradicional alineamiento con Occidente, buscando reposicionar a Turquía como una potencia regional y global autónoma. La metodología empleada es cualitativa, de carácter descriptivo-analítico, basada en una revisión bibliográfica sobre el tema y en aportes de autores de la geopolítica, con el propósito de analizar la política exterior del país. Se concluye que el proyecto político de Erdoğan, sustentado en el concepto de «Profundidad Estratégica» de Davutoğlu, produjo una reconfiguración paradigmática y revisionista de la política exterior turca, materializada en el establecimiento de nuevas asociaciones estratégicas con Rusia y China, en un activismo regional cada vez más asertivo en los conflictos de Oriente Medio y en el cuestionamiento directo de las estructuras de la OTAN.

1 INTRODUÇÃO

A trajetória de Recep Tayyip Erdoğan na política da Turquia marca, para além do ambiente doméstico, a Política Internacional de maneira notável. Antigo prefeito de Istambul, exercendo o cargo entre 1994 e 1998, Erdoğan foi preso após recitar um poema de Ziya Gökalp, considerado o pai do nacionalismo turco.

O poema acima apresentado em turco, entitulado *Minareler Süngüdür,* significa em português: "As Mesquitas São Nossos Quartéis" e tradução dos seus versos para o português, significa: "Os minaretes são nossas baionetas, as cúpulas nossos capacetes, as mesquitas são nossos quartéis, os fiéis nossos soldados, Este exército divino guarda a minha religião, Deus é Grande, Deus é Grande!" (tradução nossa).

Este poema foi escrito por volta do ano 1912, em meio à Primeira Guerra dos Balcãs (1912-1913), a qual representou um desastroso conflito para o Império Otomano, já em seus anos finais. O poema foi publicado oficialmente, no ano de 1914, no livro "Kızılelma" ("Maçã Vermelha", em português), fazendo referência à uma lenda turca, que que trata de uma "conquista final", voltando à história de dominação de Constantinopla pelos otomanos, no ano de 1453.

Este conceito acabou se tornando um mito político da cultura turca simbolizando, portanto, um objetivo de unificação de todos os povos turcos sob um único Estado, ou a conquista de um grande objetivo nacional. A citação deste poema por Erdoğan causou o seu afastamento e prisão, durante 4 meses, no ano de 1998. Diante da condenação, que havia sido de 10 meses, esta situação o transformou em um mártir dentre os seus apoiadores, trazendo-o de volta, como Primeiro-Ministro, no ano de 2003, cargo em que permaneceu até 2014, quando se tornou o presidente da Turquia.

Na ocasião, a citação foi entendida como um discurso de ódio religioso, mas na verdade, implica em algo muito maior, que viria a se revelar posteriormente, através da criação do Partido Justiça e Desenvolvimento (AKP), no ano de 2001. Inicialmente, o partido se não se apresentou como islamista, mas como democrata-conservador, pró-União Europeia e defensor da economia de mercado, atraindo eleitores para além de uma base religiosa (Goff-Taylor, 2017).

Com o passar dos anos, o AKP passou a adotar medidas cada vez mais nacionalistas e a assumir uma postura cada vez mais assertiva na Política Externa turca, em busca de retomar um papel geoestratégico, inerente à própria geografia da Turquia, em vista de recuperar o potencial perdido após a queda do Império Turco-Otomano.

As origens deste movimento se encontram na divisão da sociedade turca, desde o governo de Kemal Atatürk, fortalecidas após o fim da Guerra Fria, com os primórdios daquilo que viria a se tornar a ideologia Neo-Otomanista, sob o comando de Turgut Özal (1989-1993), o primeiro presidente turco após o fim da Guerra Fria. Özal foi o primeiro presidente a desafiar a influência das ideias ocidentais nas decisões do governo da Turquia e, dada a sua morte repentina, não pôde continuar desafiando as imposições internacionais sobre o seu país. Desta forma, as mudanças na política externa turca ficaram mais evidentes durante o governo de Erdoğan.

Este artigo propõe como objeto de análise, as medidas adotadas na Política Externa de Erdoğan, considerando o movimento Neo-Otomanista como base para as suas ações. Nossa hipótese é de que Erdoğan está trazendo modificações substanciais na forma como a Turquia se relaciona com o ambiente internacional, dentro desta concepção de retomada de um papel geoestratégico, estimulada pela ideologia Neo-Otomanista, iniciada com Özal, na década de 1990.

Para atingir nossos objetivos, será adotada uma metodologia qualitativa, de caráter descritivo/analítico e fundamentada em pesquisa bibliográfica e documental. A análise foi construída a partir de autores como Laçiner (2009), Murinson (2006; 2012), Haugom (2019) e Abushanab (2020), que discutem a transformação da Política Externa turca sob perspectivas históricas e geopolíticas, como Mackinder (1904), Brzezinski (1997), Davutoğlu (2008), Kaplan (2013) e Hilton (1977). A análise baseia-se na interpretação crítica dessas fontes, buscando identificar a continuidade e a ruptura entre o Kemalismo e o Neo-Otomanismo, à luz de referenciais teóricos das Relações Internacionais e da geopolítica.

Entendemos que, para além dos autores relacionados à análise de Política Externa da Turquia ao longo de sua história, os autores da

Geopolítica, como Mackinder e Brzezinski são importantes para aprofundar sobre as razões pelas quais a Eurásia (onde a Turquia se encontra geograficamente) se torna alvo de interesses internacionais e foco da política de segurança dos Estados Unidos (EUA). Da mesma forma, Davutoğlu, Kaplan e Hilton, contribuem para uma visão sobre as reações da Turquia diante destas pressões internacionais. Neste sentido, este artigo adota uma política histórica e interpretativa, na qual a reconstrução dos eventos é articulada à compreensão das ideias e estratégias políticas que moldaram a atuação internacional da Turquia e que, desta forma, mobiliza autores de matrizes diversas como instrumentos heurísticos complementares.

Para isto, este artigo se dividirá em três seções. A primeira tratará da apresentação e discussão sobre a ideologia Neo-Otomanista em contraposição com a ideologia Kemalista; A segunda seção tratará do período entre 1923 e 1990, quando os governos turcos estiveram alinhados ao Ocidente. Já a seção três, tratará do governo de Erdoğan e das medidas que vêm sendo adotadas pelo seu governo, que contrastam com alinhamento que vinha ocorrendo por parte dos governos anteriores, com relação ao Ocidente, comprovando que o AKP representa uma ruptura e uma nova política externa turca, com ambições de transformar a Turquia em potência regional e, até mesmo, global.

2 O NEO-OTOMANISMO COMO CONTRAPOSIÇÃO

Para compreender o processo que desencadeou no que se chama "Neo-Otomanismo", é necessário retornar à história, mais precisamente ao ano de 1923. Este foi o ano de formação da República da Turquia. Ainda no ano de 1916, as potências europeias, especialmente França e Inglaterra, já vinham discutindo a divisão territorial do Império Turco-Otomano, dada a sua fraqueza militar e econômica em comparação com a Europa. Assim, silenciosamente, o Tratado de Sykes-Picot (1916) já moldaria aquilo que viria a ser oficializado no ano de 1920, como o Tratado de Sèvres (1920), pouco após o fim da Primeira Guerra Mundial.

Este tratado (Sèvres) impunha severas condições à Turquia, consideradas humilhantes, pois, nele, os turco-otomanos teriam que aceitar a divisão de seu território entre os Reinos da Itália, da Grécia, da República Francesa e do Império Britânico[2]. Tão logo o Sultanato turco assinou o tratado, Mustafa Kemal, que já vinha atuando desde o Movimento dos Jovens Turcos, reagiu junto ao Movimento Nacional Turco, criado no ano de 1919 por ele mesmo[3].

Este movimento foi seguido por uma série de insurreições turcas, que culminariam com a independência da Turquia, sob condições

2. Segundo Haugom (2019), este tratado deixou cicatrizes no imaginário turco, levando à uma influência na cultura estratégica turca, como se fosse uma "síndrome de Sèvres", em resposta às estas condições, consideradas humilhantes.

3. Os Jovens Turcos representavam um grupo formado por jovens intelectuais turcos, que haviam ido estudar na Europa para aprender novos idiomas, em busca de conectar o império à modernidade e que se posicionavam de forma contrária ao poder do Sultão, o qual consideravam tirânico. Estes jovens retornaram ao império influenciados pela modernidade europeia e pelos estudos feitos fora do império. Assim, eles representavam o início de um movimento nacionalista, que viria a moldar o pensamento futuro de Kemal Atatürk (Kia, 2008).

melhores do que as impostas pelo Tratado de Sèvres, no ano de 1923. (Sullivan, 2018). Neste sentido, após as lutas pela independência, Mustafa Kemal (1881-1938) se tornou o primeiro presidente da República da Turquia, entre 1923 e 1938, ano de sua morte.

Como presidente, Kemal assumiu algumas decisões em busca de afastar a imagem da nova república daquilo que era considerado um atraso e um fracasso, como o Império Otomano em seus estágios finais, no século XIX. Kemal e os intelectuais da sociedade otomana consideravam que o atraso do império se devia às amarras, próprias do sultanato otomano, que buscava perpetuar os seus privilégios, deixando a população em último plano. Igualmente, consideravam que o islamismo estava associado à característica de um império fracassado. Neste sentido, Kemal propôs um Estado laico. Além disso, buscou trazer a população para o primeiro plano e tomou algumas medidas consideradas como um processo de ocidentalização, em vários aspectos.

Após liderar a independência da República da Turquia em 1923, Mustafa Kemal iniciou um amplo programa de reformas secularizantes e modernizadoras. Ao considerar o arcabouço legal otomano profundamente enraizado nas tradições religiosas islâmicas, ele aboliu os vários processos legais muçulmanos, incompatíveis com um Estado Moderno[4]. Em seu lugar, foram implementados sistemas jurídicos inspirados no código civil suíço, no código penal italiano e no comércio francês, alterando profundamente as leis civis, penais e comerciais do país. Paralelamente, Kemal promoveu uma secularização da sociedade com a abolição de escolas religiosas e a proibição de vestimentas eclesiásticas fora das mesquitas. Adotou também, o alfabeto latino e vestimentas ocidentais. Um eixo central de suas reformas foi a redefinição do papel das mulheres na sociedade turca. Kemal acreditava que a igualdade de gênero era um pilar para a modernização. Para tanto, estabeleceu uma Comissão para garantir os Direitos Civis das Mulheres, o que resultou em conquistas como direitos iguais no casamento, direito à propriedade e, em 1930, o direito de votar e de se eleger para Conselhos Municipais. Essas mudanças colocaram a jovem república em um patamar democrático incomparável com o passado otomano. Em 1934, a ocidentalização foi estendida à toponímia, com a alteração de nomes de cidades, e à onomástica, modificando a forma como os nomes próprios eram registrados, que no período otomano limitavam-se geralmente ao primeiro nome ou a títulos (Sullivan, 2018).

Assim se constituía o que ficou conhecido como "Kemalismo". Seus adeptos engajavam-se em um projeto de missão civilizatória internalizada, cujo objetivo era forjar uma homogeneidade na sociedade turca. Esse empreendimento demandava a construção anacrônica de uma nova sociedade, que suprimia ativamente o passado otomano — com sua organização tribal, base rural e pluralidade étnico-religiosa — em um movimento de negação de suas características orientais. Esse processo pode ser interpretado como uma performance dirigida ao Ocidente,

4. Max Weber (1999) descreve o Estado moderno como uma organização política racional/legal, separada da autoridade religiosa, resultado do processo de racionalização e secularização da política. Ver mais em: WEBER, Max. Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1999.

significando muito mais do que uma modernização técnica. Se tratava de uma encenação política destinada a negociar o lugar da Turquia no mundo moderno (ou Ocidental). (Zeydanlioğlu, 2008, p.5).

Apesar dessas ideias em comum, o Kemalismo apresentou nuances ao longo da história da República da Turquia, conforme veremos a seguir. Houve momentos em que os militares agiam a favor de manter um alinhamento com o Ocidente e, ao mesmo tempo, momentos raros em que tiveram que agir direcionados a interesses nacionais, acima deste alinhamento automático, como a Questão do Chipre, na década de 1970. Para fins de análise, este artigo se limita à análise do Kemalismo enquanto uma doutrina majoritariamente direcionada ao Ocidente, para fins de comparação deste movimento, com a forma como Erdoğan e o AKP se comportam perante este mesmo Ocidente, nos últimos anos.

Essa perspectiva de orientação ao Ocidente, representada neste artigo por Zeydanlioğlu (2008), Yiallourides e Langides (2012), Laçiner (2009) ou Kaplan (2013)[5], analisa Kemal como um líder que, na busca pela inserção da Turquia na modernidade Ocidental, suprimiu as características culturais originais do povo turco, abdicando de sua herança para atender a expectativas externas.

Em contraponto, Yilmaz (2015) descreve o Kemalismo como um projeto de construção de uma sociedade livre do opressivo regime do sultanato, apresentando-o como uma missão civilizatória positiva para erguer uma nova nação. Complementando essa visão, Murinson (2012) acrescenta que a desconfiança do regime Kemalista em relação aos regimes árabes era um elemento chave dessa visão de mundo. Essa postura tinha raízes históricas: Kemal e a elite republicana acreditavam que os árabes haviam apoiado os britânicos na desintegração do Império Otomano durante a Primeira Guerra Mundial, o que gerou um temor de que pudessem "apunhalar a Turquia pelas costas" novamente.

As ideias de Kemal influenciaram a forma como a Turquia se relacionou com os demais países durante todo o período que compreende desde a formação da República da Turquia até o fim da Guerra Fria quando, após o fim do sistema bipolar e da necessidade de alinhamento dos países a um dos lados do conflito, o país começou a apresentar certas mudanças na forma como vinha se apresentando ao sistema internacional. Na nossa interpretação, isso se deve a mudanças ocorridas internamente e que possuem correlação com a visão Kemalista sobre a sociedade turca e sobre a forma como o país deveria interagir com o ambiente internacional, conforme veremos adiante.

5. "Mustafa Kemal Atatürk ("O Pai dos Turcos"), o único general otomano invicto, que forjou um Estado moderno na Anatólia após as perdas imperiais nos Balcãs e no Oriente Médio, foi um autêntico revolucionário, no sentido de que transformou o sistema de valores de seu povo. Intuiu que as potências europeias haviam derrotado o Império Otomano não em virtude dos exércitos maiores, mas por conta de sua maior civilização, que, esta sim, havia engendrado a superioridade militar. A Turquia, dali por diante, seria ocidental, decidiu ele, dirigindo-se, em termos culturais e políticos, para a Europa. Assim, aboliu os tribunais religiosos muçulmanos, proibiu os homens de usarem o fez, desencorajou as mulheres de usarem o véu e substituiu o alfabeto arábico pelo latino. Por mais revolucionárias que tenham sido, entretanto, tais iniciativas foram também o ápice dos séculos de obsessão turca pela Europa. Embora o país tenha permanecido neutro durante a maior parte da Segunda Guerra Mundial, o kemalismo – a doutrina secularista pró-ocidental de Kemal Atatürk – orientou a cultura e, sobretudo, a política externa turcas até o fim da primeira década após a Guerra Fria" (Kaplan, 2013, p.295).

Kaplan (2013) observa que a inclinação turca à Europa, sob o governo de Kemal Atatürk e nos governos que se seguiram ao seu, deixando de lado as raízes culturais e organizacionais otomanas, é fundamental para entender o processo que levou ao Neo-Otomanismo. O autor salienta que este processo teve suas origens em Turgut Özal e, posteriormente, foi mais explorado por Erdoğan. O autor também sugere que ocasiões como a aspiração da Turquia pela adesão à União Europeia, a qual perdurou por anos, sem sucesso até os dias de hoje, revelam fatos que foram percebidos pela sociedade turca como uma necessidade de encarar a realidade de que o país não era e nunca seria parte de algo que seu passado não condiz.

O impedimento central da adesão da Turquia ao bloco radicava-se num obstáculo de natureza ideológica, impregnado de determinismo geográfico e cultural, ou seja, a condição de país muçulmano e, majoritariamente asiático, o tornava indesejável, apesar de seu status (à época) democrático e de ser membro da OTAN. A frustração desse projeto exerceu um impacto catalisador sobre a política turca, conjugando-se a tendências societais já em movimento no sentido de uma reavaliação crítica do posicionamento histórico e geográfico da Turquia (Kaplan, 2013, p. 295-296). Dessa forma, a própria dinâmica das relações turcas com o ambiente internacional chama atenção para o fato de que o país precisava de uma reavaliação das suas características culturais, domésticas e internacionais, a fim de se recolocar no sistema internacional após o fim da Guerra Fria.

Murinson (2006), observa que o fim da Guerra Fria marcou o início de uma transformação na política externa da Turquia, que, durante aproximadamente 70 anos, esteve rigidamente alinhada aos princípios do Kemalismo. Para o autor, essa mudança tem como pilar central a crescente adoção de uma filosofia Neo-Otomana que tem os seus principais alicerces lançados por Turgut Özal, que foi o primeiro presidente do período pós-Guerra Fria.

Como já ressaltamos, foi sob o governo do AKP, que a doutrina atingiu sua forma mais madura e abrangente, conhecida como "Profundidade Estratégica" e que encontrou fortes aliados na sociedade, já dividida sobre questões nacionalistas. Parte desta sociedade buscava uma nova identidade, moldada aos padrões europeus, evidenciando que a Turquia era algo diferente daquilo que foi um dia, o Império Otomano. Já outra parte, buscava retomar suas raízes culturais, para assumir um papel que, nunca deixou de existir.

Murinson (2006, p. 946) observa que a aceitação dessa guinada dramática na Política Externa é atribuída a dois fatores principais: uma nova percepção do *establishment* militar e diplomático sobre o cenário externo e um aumento da empatia da sociedade turca por causas muçulmanas. Conforme observa Graham Fuller, "estrategicamente, a Turquia tornou-se parte do Oriente Médio" e o principal arquiteto dessa nova orientação foi o professor e filósofo Ahmet Davutoğlu[6], que se tornou o principal conselheiro de política externa de Erdoğan, nos anos seguintes (Murinson, 2006, p. 946).

6. Ahmet Davutoğlu foi um acadêmico e político turco que desempenhou papel central na formulação da política externa da Turquia nas décadas de 2000 e 2010. Atuou como principal conselheiro de política externa do governo entre 2003 e 2009, foi Ministro das Relações Exteriores entre 2009 e 2014 e Primeiro-Ministro da Turquia entre 2014 e 2016. Considerado um dos principais arquitetos da Política Externa turca no período do governo do AKP, ficou conhecido por formular a doutrina da "profundidade estratégica", que defendia maior projeção regional e internacional da Turquia.

Em 2001, Davutoğlu lançou o livro chamado *Strategic Depth*, o qual se tornaria a base para o pensamento do AKP. As ideologias vindas a partir das visões abordadas no livro amadureceriam a ideologia Neo-Otomanista. Nesta obra, o autor destaca que a Turquia não é um país periférico ou uma mera ponte entre Oriente e Ocidente, mas sim um país central com uma profundidade estratégica (nome do seu livro), baseada em sua herança como coração do Império Otomano, que durante séculos governou uma vasta região incluindo os Bálcãs, o Oriente Médio e o Norte da África e na sua localização única, sendo simultaneamente um país dos Bálcãs, do Cáucaso, do Mar Negro, do Mediterrâneo e, o mais importante, do Oriente Médio Muçulmano.

Davutoğlu argumenta nesta obra, portanto, que a política externa Kemalista, a qual se voltou quase que, exclusivamente para o Ocidente após a fundação da República da Turquia, negou essa profundidade, o que acabou por isolar a Turquia de suas fronteiras naturais, sendo isto, um enorme desperdício de potencial estratégico. Assim, o autor propõe uma reorientação radical onde, através de uma diplomacia multidimensional e ativa, em vez de ser um membro passivo da OTAN e um candidato à UE, a Turquia deveria buscar uma política externa independente e proativa em todas as direções geográficas (Bálcãs, Cáucaso, Oriente Médio, Ásia Central). O objetivo final seria elevar a Turquia à posição de um Estado soberano e não apenas, um país só reage à ordem internacional. A Turquia deveria assumir o papel de um Estado tão central, que seria capaz de moldar e a liderar a região do Oriente Médio, da qual faz parte.

Estes pensamentos influenciaram fortemente na política adotada pelo AKP, não somente domesticamente, como também, internacionalmente. Desta forma, o AKP se tornou a principal oposição ao partido Kemalista, chamado de CHP (Partido Republicano do Povo), criado em 1923, por Kemal. As ideologias opostas, por assim dizer, apresentavam um reflexo da divisão na qual a sociedade turca se encontrava durante décadas. O AKP, portanto, passou a abordar uma democracia mais conservadora e uma nova política para o islamismo. Estes dois aspectos serviram como novas interpretações para o nacionalismo, afastando da ideia de nacionalismo voltada para o conceito de Estado-Nação e segurança, baseada nos militares pró-Ocidente, que governaram a Turquia por muitos anos, conforme veremos na seção a seguir.

Esta seção buscou apontar de forma breve, como estas duas ideologias principais, que influenciam os governos turcos, se correlacionam e divergem ao longo do tempo, sendo o Neo-Otomanismo, uma reação às ideias Kemalistas, adotadas pelos governos ao longo de décadas.

3 OS GOVERNOS TURCOS ENTRE 1923 E 1990: UM BREVE PANORAMA

Mustafa AkŞin (2010), autor do livro *"Turkish Foreign Policy, 1919-2006"*, dividiu o processo de tomada de decisão na Política Externa Turca de acordo com os seguintes períodos: 1) O período em que o líder era o fator determinante principal (1919-1950); 2) O período em que o Ministério das Relações Exteriores se tornou crescentemente influente (1950-1960);

3) O período em que a opinião pública, os partidos de oposição e os intelectuais se tornaram influentes (1960-1980); 4) O período de 12 de setembro (1980-1983) e 5) O período em que a Comunidade Empresarial veio à tona (1983-1991).

A partir da organização proposta por AkŞin (2010), buscaremos evidenciar o alinhamento ao Ocidente, presente nas diversas fases propostas pelo autor, até a chegada de Özal no poder.

A construção da identidade nacional da República da Turquia, alicerçada no Kemalismo estabeleceu, desde o início, um princípio fundamental para a sua inserção internacional: *"Yurtta sulh, cihanda sulh"* ("Paz em casa, paz no mundo"). Assim, o início da República foi marcado por uma busca pela estabilidade, decorrente da pressão advinda das guerras de independência, onde Kemal buscou uma postura de ajustes com o ambiente externo, que havia tentado reduzir o território turco, em tratados humilhantes (AkŞin, 2010).

Neste período, que durou entre 1923 e 1950, os governos em questão foram os de Mustafa Kemal (1923-1938) e İsmet İnönü (1938-1950) e, durante este período, a relação da Turquia com as demais potências foi marcada pela neutralidade. O objetivo principal era evitar conflitos e ganhar tempo para as reformas internas. Kemal adotou uma postura pragmática, cedendo temporariamente em disputas como a Questão de Mossul[7] com os britânicos para evitar uma guerra prematura, e focado em recuperar o controle soberano, como fez com os Estreitos Turcos através da Convenção de Montreux (1936). Este pragmatismo de Kemal que, ao reconhecer a fragilidade do país, optou por aceitar os termos do Tratado de Lausanne (Aydin, 2004) em detrimento de um conflito imediato, veio associado a uma crise económica, que gerou oposição interna (Mango, 1999).

Com a ascensão de Mustafa Ismet İnönü (1938-1950), que havia sido Primeiro-Ministro de Kemal, e a eclosão da Segunda Guerra Mundial, a Turquia manteve sua neutralidade, assinando acordos com ambos os lados do conflito. Contudo, o advento da Guerra Fria redefiniu imperativamente a sua posição internacional. A sua localização geográfica, crucial para conter o acesso soviético ao Mediterrâneo, tornou-se alvo imediato da Doutrina Truman e do Plano Marshall, como instrumentos dos EUA para conter a influência comunista, especialmente após a ameaça de tomada da Grécia (Üstün, 1997). Esta pressão geopolítica culminou na integração da Turquia na OTAN em 1952, consolidando-a de forma definitiva no bloco ocidental-capitalista e encerrando a Era de uma Política Externa Kemalista, estritamente neutra e baseada no equilíbrio autônomo.

O segundo período, entre 1950-1960, em que o Ministério das Relações Exteriores se tornou crescentemente influente, marcou uma transição na condução da política externa turca, com uma influência crescente do Ministério das Relações Exteriores, embora ainda sob a sombra do legado do líder principal (AkŞin, 2010). A ascensão do Presidente Celâl Bayar (1950-1960) e do Primeiro-Ministro Adnan Menderes (1950-1960)

7. A Questão de Mossul refere-se à disputa entre Turquia e Reino Unido/Iraque pelo controle da região de Mossul após a Primeira Guerra Mundial. A Liga das Nações decidiu em 1925 pela incorporação da região ao Iraque, decisão formalizada pelo Tratado de Ancara de 1926.

consolidou uma fase de alinhamento inequívoco com o Ocidente, materializada pela adesão à OTAN, em 1952, e pela participação ativa em iniciativas como a Guerra da Coreia e o Pacto de Bagdá. Esta orientação, conforme Özoral (2004), foi uma resposta estratégica às pressões soviéticas e contou com o apoio da antiga liderança, sinalizando uma continuidade na opção pelo bloco ocidental.

Contudo, esta trajetória de aproximação com os EUA, cuja parceria militar já era sólida anteriormente (dado que os EUA consideravam a Turquia como um elemento estratégico crucial no Mediterrâneo Oriental), gerou tensões domésticas (Aslan, 2018). Menderes tinha a tendência em deixar os militares de fora da Política Externa Turca e seu governo foi acusado de adotar posturas autocráticas e de minar o secularismo Kemalista. Menderes foi, então, deposto por um golpe militar em 1960. Paradoxalmente, como analisa Aslan (2018), embora o golpe tenha sido dirigido contra um governo percebido como excessivamente pró-Americano, ele não rompeu o alinhamento estratégico. Pelo contrário, os militares, conscientes de seu papel ampliado desde a entrada na OTAN, mantiveram e até fortaleceram a aliança com Washington, que havia garantido seu apoio de segurança após a instabilidade no Iraque (Surid, 2017).

Assim, a Política Externa Turca, neste período, caracterizou-se por uma subordinação aos interesses do bloco Ocidental, dentro do contexto de Guerra Fria, onde a sua importância geopolítica era reconhecida como vital pelos EUA. A instabilidade na política doméstica, que culminou com o golpe de 1960, não alterou este vetor fundamental, demonstrando que o alinhamento com o Ocidente havia se tornado um pilar da política de Estado, transcendendo as mudanças de governo e sendo gerido, em última instância, pelas forças armadas.

O terceiro momento, de acordo com AkŞin (2010), como vimos, foi marcado pelo período em que a opinião pública, os partidos de oposição e os intelectuais se tornaram influentes. Este período compreende o intervalo entre 1960 e 1980. Vamos analisá-lo: Este período foi marcado pelos governos de Cemal Gürsel (1961-1966), Cevdet Sunay (1966-1973) e Fahri Korutürk (1973-1980). O golpe de Estado de 1960 representou um ponto de inflexão, tornando a Política Externa Turca, multidirecional (AkŞin, 2010). A Constituição de 1961, ao institucionalizar maior liberdade democrática, permitiu que a opinião pública e a imprensa passassem a influenciar o debate sobre as relações internacionais, anteriormente tratadas como uma questão de Estado inquestionável.

Este novo ambiente permitiu o surgimento de críticas ao alinhamento automático com os EUA e levou a um ativismo diplomático mais diversificado, exemplificado pelo apoio de Cemal Gürsel à autodeterminação da Argélia na ONU e o envio discreto de auxílio militar (Balci; Bilgü, 2020)[8]. Contudo, como analisam Balci e Bilgü (2020), a margem de manobra da Turquia era limitada pela sua adesão à OTAN, fato que

8. Aqui, evidenciamos que havia sim, conforme mencionado anteriormente, pontos em que o Kemalismo se mostrava menos coeso enquanto ideologia. Mas, por fim, apesar de momentos em que havia essa oportunidade de contestação ao alinhamento automático ao Ocidente, a postura dos governos turcos, permanecia alinhada a este, conforme analisam Balci e Bilgü (2020).

a impedia de adotar um discurso francamente anti-imperialista contra a França e a forçava a equilibrar sua aproximação com o mundo árabe com a manutenção da aliança ocidental, evidenciada pela permissão para a instalação de mísseis "Júpiter", trazidos dos EUA, em seu território durante a Crise de Cuba.

A instabilidade doméstica, marcada por violência política entre extremistas de esquerda e direita, culminou no "Golpe por Memorando", que ocorreu no ano de 1971. Nesta ocasião, as Forças Armadas intervieram para restaurar a ordem (Zürcher, 2017; Ahmad, 1993). Este cenário de fragilidade interna coexistiu com uma afirmação nacionalista na política externa, cujo ápice foi a invasão turca ao norte do Chipre, em 1974, após a ascensão de um governo de extrema direita que, ao assumir o comando da Grécia, passou a estimular o que seria chamado de *"Enosis*[9]", com o objetivo de unir o Chipre à Grécia. Na visão do governo turco, isto poderia representar uma ameaça à minoria turca que habitava a ilha de Chipre e, assim, houve a invasão turca no norte da ilha, a qual se mantém até os dias de hoje.

Esta ação unilateral, enquanto membro da OTAN[10], resultou em sanções dos EUA em 1975 e representou a maior crise nas relações bilaterais até então. No entanto, o contexto geopolítico da "Segunda Guerra Fria", caracterizada pela invasão soviética do Afeganistão e pela Revolução Iraniana em 1979, rapidamente revalorizou a posição estratégica da Turquia. Como detalha Aslan (2018), os EUA, seguindo a lógica de Brzezinski (1983) de conter a URSS, reverteram as sanções e buscaram reinvestir na Turquia como um baluarte fundamental, inserindo-a num contexto regional mais amplo de instabilidade onde estratégias como o fomento ao fundamentalismo islâmico como barreira ao comunismo ganharam força (Bandeira, 2014).

Dessa forma, o período pós-1960 foi marcado por uma tensão constante entre a busca por maior autonomia na política externa (expressa no ativismo regional e na ação em Chipre) e os constrangimentos impostos pelo alinhamento estratégico com o Ocidente na OTAN. A Política Externa Turca mostrou-se, portanto, reflexo das convulsões domésticas e das pressões do sistema bipolar, oscilando entre a assertividade nacionalista e a *Realpolitik* de alinhamento, com a sua importância geopolítica assegurando sua relevância para o bloco ocidental mesmo em momentos de atrito grave.

O quarto momento, de acordo com AkŞin (2010), trata do período que compreende entre 1980 e 1983, representado pelo Comitê de Segurança Nacional. O período pós-1980 representou uma reversão significativa na trajetória da política externa turca. Após duas décadas (1960-1980) de relativa autonomia e multidirecionalidade, o golpe militar liderado pelo General Kenan Evren, com o consentimento e apoio dos EUA, realinhou firmemente o país com o bloco ocidental (Aslan, 2018). Este movimento foi justificado pela necessidade de restabelecer a ordem interna perante a anarquia e a

9. "Enosis" é um termo político de origem grega que significa "união" ou "integração", usado historicamente para designar o movimento que defendia a união de territórios habitados por gregos com a Grécia.
10. Este constrangimento à autonomia turca permanece durante toda a sua trajetória, até os tempos recentes. O segundo maior evento que colocou em pauta as relações bilaterais entre Turquia e o Ocidente, foi a compra de material bélico russo, mesmo sendo membro da OTAN, conforme veremos a seguir.

violência política, reafirmando o Kemalismo como doutrina estatal para conter o avanço de ideologias socialistas e islamitas (Laçiner, 2009).

A nova Constituição de 1982 consolidou um sistema onde os militares, através do Conselho de Segurança Nacional, ampliaram sua influência sobre as decisões de política externa, subordinando a diplomacia formal à autoridade final do líder Evren (AkŞin, 2010).

Este realinhamento estratégico ocorreu num contexto internacional de intensificação da Guerra Fria, marcado pela Doutrina Carter e pela conceitualização geopolítica de Zbigniew Brzezinski. Para Brzezinski (1983; 1997), a Eurásia era o palco central da disputa pela hegemonia global, e a Turquia assumia um papel crítico como Estado-tampão (*Buffer State*)[11] na contenção da expansão soviética. Essa lógica ecoava a leitura de análise geopolítica, de Halford Mackinder, de impedir que uma potência terrestre dominasse o *Heartland*. Neste quadro, a Turquia era vista pelas elites Ocidentais como um modelo secular a ser promovido no Oriente Médio e sua estabilidade era um imperativo para a estratégia dos EUA (Nasser; Roberto, 2016).

Contudo, este reposicionamento pró-Ocidente aprofundou uma cisão interna na sociedade turca, onde os militares se autoproclamaram "guardiões do secularismo kemalista" (Ataman, 2017). Esta divisão, entre uma elite secular, ocidentalizada e pró-EUA e setores da população que questionavam esta influência, tornou-se uma característica duradoura da política turca. Apesar deste alinhamento, a invasão de Chipre em 1974 permaneceu como um precedente significativo de assertividade nacionalista independente, um momento em que a Turquia priorizou seus interesses nacionais em detrimento da solidariedade da OTAN (Yiallourides; Langides, 2012).

Em suma, o golpe de 1980 marcou o fim do breve interlúdio de autonomia da Política Externa Turca, reafirmando a sua condição de ator estratégico vinculado aos interesses de segurança Ocidentais durante a fase final da Guerra Fria. Esta subordinação, entretanto, gerou tensões domésticas que, somadas ao fim da bipolaridade, criariam as condições para o surgimento de uma nova orientação política externa no período pós-Guerra Fria, como se verá com a ascensão do Neo-Otomanismo.

O último período a ser analisado, conforme a divisão proposta por AkŞin (2010), é o período em que a Comunidade Empresarial veio à tona, entre os anos de 1983 e 1991. Aqui, começamos a ver algum indício de mudança, através do governo de Özal. O governo de Turgut Özal (1983-1993) representou uma transformação paradigmática na política externa e identitária da Turquia, marcando uma clara ruptura com o legado kemalista.

De acordo com AkŞin (2010), Özal personificou a projeção do mundo financeiro na esfera política, promovendo uma integração profunda do país na economia capitalista global com o apoio dos EUA e de círculos financeiros internacionais. Sua abordagem foi caracterizada pela personalização radical do processo decisório, marginalizando instituições tradicionais como o Ministério das Relações Exteriores e substituindo-as

11. O conceito de Buffer State refere-se a Estados situados entre grandes potências rivais, frequentemente menos poderosos e submetidos a pressões externas, cuja função geopolítica é servir como zona de amortecimento entre essas potências (Kelly, 1997).

por conselheiros pessoais e executivos norte-americanos – os chamados "príncipes" –, bem como por líderes empresariais que atuavam como diplomatas informais.

Conforme analisa Laçiner (2009), a "Era Özal" visava superar o isolamento turco pós-Chipre, o qual colocou a Turquia em isolamento diplomático, tanto com o Ocidente como com o bloco socialista. A solução encontrada foi uma virada estratégica multidimensional: uma aproximação pragmática com os EUA e, simultaneamente, uma abertura para o mundo islâmico e túrquico. Özal buscou ativamente fortalecer laços com o Azerbaijão e as recém-independentes repúblicas da Ásia Central, mobilizando o *soft power* da herança otomana e étnica (Butler, 2012).

No plano ideológico, Özal promoveu um modelo que ficou conhecido como "Neo-Otomanismo" que contestava diretamente o secularismo Kemalista. Ele defendia uma síntese identitária única, descrevendo os turcos como "europeus islâmicos" (Özal, 1991; Brother, 1991) e advogando por um secularismo à moda "anglo-saxônica", mais tolerante, em contraposição ao laicismo francês, de Atatürk. Para Özal, o Islã turco, distinto do árabe, era compatível com a democracia, o liberalismo e o capitalismo, constituindo uma base para uma política externa mais independente (Laçiner, 2009)[12].

Esta reorientação provocou uma reação das estruturas kemalistas, culminando no "golpe pós-moderno" de 1997, quando os militares forçaram a renúncia do primeiro-ministro islamita Necmettin Erbakan para conter a influência religiosa na política (Al Jazeera, 2016). A morte súbita de Özal, em 1993, interrompeu seu projeto, mas as mudanças por ele iniciadas – abertura econômica, engajamento com o mundo turco e a reavaliação do lugar do Islã, criaram as condições estruturais e ideológicas que seriam posteriormente aprofundadas e radicalizadas pelo AKP de Erdoğan, no século XXI.

O período Özalista, portanto, configura o marco inicial da transição de uma Turquia Kemalista e voltada para o Ocidente, para uma potência emergente e com ambições de conquistar autonomia com relação a este Ocidente. Podemos dizer que a trajetória da Política Externa Turca, desde a fundação da sua República, foi muito marcada por uma tensão constante entre a afirmação da soberania nacional e os constrangimentos impostos pelo Sistema Internacional, onde os EUA/OTAN representaram o pilar desta dinâmica. Assim, a Turquia teve que assumir uma Diplomacia Pendular (Hilton 1977), alternando entre o alinhamento ao Ocidente e a busca por autonomia estratégica, influenciada pela conjuntura doméstica e pelas pressões da Guerra Fria.

12. "In other words, Özal was against the Kemalist interpretation of secularism and Arab Islamism. He argued that Turkey needed an AngloSaxon secularism and a Turkish version of Islam, which was much more tolerant of other religious groups and more moderate than French and Soviet secularism, or rather atheism. He searched for a middle-way between Islamism and Turkism, his aim being to formulate a religious understanding which was suitable for democracy, liberalism and capitalism" (Laçiner, 2009, p.168). Em português: "Em outras palavras, Özal se opunha tanto à interpretação kemalista do secularismo quanto ao islamismo árabe. Ele argumentava que a Turquia precisava de um secularismo anglo-saxão e de uma versão turca do Islã, que fosse muito mais tolerante com outros grupos religiosos e mais moderada do que o secularismo francês e soviético — ou, mais precisamente, do que o ateísmo. Ele buscava um caminho intermediário entre o islamismo e o turquismo, tendo como objetivo formular uma compreensão religiosa que fosse compatível com a democracia, o liberalismo e o capitalismo" (tradução nossa).

3.1 A síntese sobre os períodos analisados

Dado isto, é possível resumir a história turca nos períodos apresentados, à luz da geopolítica e da interação com o internacional. A fase inicial, de governos de Mustafa Kemal Atatürk e Ismet Inönü foi caracterizada por uma neutralidade cautelosa e um foco prioritário na consolidação estatal interna. O princípio "Paz em casa, paz no mundo" orientava uma postura de não-envolvimento em blocos, visando evitar a atenção das potências. Contudo, com o fim da Guerra Fria, à Turquia não restou outra opção, a não ser, sair dessa neutralidade.

À princípio, a Doutrina Truman e o Plano Marshall criaram as condições para um alinhamento pragmático e inevitável com os EUA, materializado pela sua entrada na OTAN, em 1952. Contudo, este movimento, ainda que estratégico, representou a primeira subordinação significativa da Política Externa Turca aos propósitos de segurança ocidentais.

Na década de 1950, houve a consolidação deste alinhamento, durante o governo do Partido Democrata de Adnan Menderes. Este período é considerado o auge da influência dos EUA, onde a Turquia assumiu um papel mais ativo em iniciativas pró-Ocidentais, como a Guerra da Coreia e o Pacto de Bagdá. No entanto, essa natureza marcadamente pró-EUA gerou reações e divisões internas que culminaram no golpe militar de 1960. Paradoxalmente, embora críticos inicialmente, da subserviência de Menderes ao Ocidente, os militares mantiveram a mesma estrutura de aliança com o Ocidente (EUA/OTAN), em busca de uma estabilidade diante do contexto da Guerra Fria, onde temiam ameaças comunistas.

Já o período de 1960 até 1980 foi marcado por uma tentativa de autonomia relativa, uma vez que a Constituição de 1961, ao fomentar um espaço público mais aberto, permitiu o florescimento de críticas ao alinhamento automático. Gestos de independência diplomática, como o apoio à Argélia durante a sua guerra de independência, contrastavam com a anterior subserviência de Menderes.

Além disso, temos como o maior exemplo desta nova postura, a invasão unilateral do Chipre, em 1974, representando um ato de assertividade nacional, que levou a sanções dos EUA, demonstrando os limites da autonomia turca dentro da OTAN. A crise doméstica, na década de 1970, marcada por uma violência política sectária, preparou o terreno para o golpe militar de 1980. Liderado pelo General Kenan Evren, amplamente apoiado pelos EUA no contexto da "Segunda Guerra Fria", o regime reinstituiu o alinhamento ao Ocidente como um antídoto para o resolver o caos interno e impedir o expansionismo soviético.

Foi somente com a liderança de Turgut Özal (Primeiro-Ministro 1983-1989, Presidente 1989-1993) que a relação ganhou novos contornos. Özal aprofundou a integração com a economia capitalista global e alinhou-se estreitamente com Washington durante a Guerra do Golfo, ao mesmo tempo em que lançava as bases ideológicas e práticas para uma futura autonomização. A sua política, que ficaria conhecida como "Neo-Otomanismo" buscou reabilitar a herança otomana e islâmica da Turquia, diversificando as suas parcerias para além do Ocidente, direcionando-as ao mundo túrquico e islâmico.

Özal representou, assim, um pragmatismo híbrido: seguiu ao lado dos EUA na esfera econômica e de segurança, mas foi mais assertivo em termos culturais e diplomáticos, ao questionar os fundamentos secularistas do Kemalismo e, ao abrir caminho para uma redefinição da identidade estratégica turca.

Em suma, a análise da Política Externa Turca entre os anos de 1923 a 1990, revela que, diante das relações com os EUA/OTAN, os governos turcos tiveram um padrão de oscilação cíclica. Todas as vezes que qualquer dúvida sobre a influência do Kemalismo surgia, os militares intervenham para impor a ordem, assumindo assim, o papel de guardiões dos princípios e da herança Kemalista. É importante observar que o Kemalismo representava uma política de boa convivência com o Ocidente, diferentemente das posturas mais autônomas que virão com o Neo-Otomanismo, especialmente, sob o governo de Erdoğan.

Por fim, seria muita ingenuidade desconsiderar a influência externa, como a dos EUA. Tal como aponta Laçiner (2009):

> *The Americans even said that the Turkish military coup was no ordinary coup but a necessary intervention in politics. The ideological background of the 12 September Coup leaders also helped to improve relations. Most of the coup generals were proWestern*[13] (Laçiner, 2009, p.172).

A localização geoestratégica da Turquia, a qual é crucial para o equilíbrio de poder na Eurásia, a tornou um aliado indispensável para os EUA, ao mesmo tempo em que limitou a sua capacidade de ruptura total com eles. Esta tensão histórica entre a condição de aliado estratégico da OTAN e a ambição de se afirmar como uma potência regional independente constituiu o fio condutor que levaria às transformações mais radicais sob o governo do AKP no século XXI.

4 O GOVERNO DE ERDOĞAN E O NEO-OTOMANISMO

Como visto anteriormente, Özal iniciou um processo de mudanças na Política Externa turca. Com o fim da Guerra Fria, o então presidente iniciou mudanças a respeito de uma busca por uma maior autonomia turca com relação ao Ocidente (EUA e OTAN). Assim, buscou diversificar seus parceiros, ampliando interações com países de origens túrquicas e resgatando as características do país, em especial, valorizando sua posição geoestratégica.

Neste sentido, Davutoğlu e Erdoğan começaram a arquitetar a ideia de transformar a Turquia em um país de referência, assumindo a sua profundidade estratégica e, portanto, um papel de liderança, regional e global. Para isso, criaram o AKP, partido pelo qual o Neo-Otomanismo passou a ganhar destaque[14].

13. Tradução para o português: "Os americanos chegaram a afirmar que o golpe militar turco não foi um golpe comum, mas uma intervenção necessária na política. O contexto ideológico dos líderes do golpe de 12 de setembro também ajudou a melhorar as relações. A maioria dos generais golpistas era pró-ocidental." (tradução nossa).
14. Ao fundar o partido, Erdoğan e Davutoğlu lançaram o documento programático oficial do partido, chamado "Party Programme", o qual funcionou como o manifesto político inicial do partido, definindo seus principais pontos ideológicos, os objetivos e as propostas do novo partido. O documento incluía sessões a respeito dos princípios políticos e direitos fundamentais; da democratização e sociedade civil; da economia de mercado e políticas de desenvolvimento; da administração pública e combate à corrupção; da integração europeia e da Política Externa. O documento está disponível no link: https://www.cesnur.org/2004/akp.htm. Acesso em: 13 de março de 2026.

O Neo-Otomanismo, portanto, nasce de uma ideologia política e geopolítica que busca uma revalorização da herança histórica, cultural e religiosa do antigo Império Otomano como elemento central da identidade e da projeção internacional da Turquia contemporânea. Como vimos, a ideia se inicia, de forma embrionária com Turgut Özal**,** como uma reação de todo o processo analisado na parte dois deste artigo. O movimento se caracteriza por uma reação ao secularismo e ao ocidentalismo presentes no Kemalismo, defendendo uma Política Externa mais autônoma, mais multidimensional e mais ativa.

Sob a liderança de Erdoğan, junto à influência teórica de Davutoğlu, com seu livro *Strategic Depth*, o Neo-Otomanismo passou a representar uma estratégia de poder baseada na busca de reposicionar a Turquia como um ator central na Eurásia e no Oriente Médio**,** capaz de articular laços históricos, culturais e religiosos com os povos da antiga esfera otomana, sem depender do eixo Ocidental tradicional composto por EUA, OTAN e UE.

O início do governo de Erdoğan foi marcado por alguns desafios. Em termos geopolíticos, dada a sua posição geográfica e a fim de traçar os objetivos de sua Política Externa, Ankara teve de considerar tanto o processo de adesão da Turquia na UE, como também a emergência de povos de língua turca no Cáucaso e na Ásia Central.

Ao mesmo tempo, era igualmente importante considerar as instabilidades nos Balcãs e no Oriente Médio. Em relação à sua entrada na UE, havia uma certa desconfiança da União com relação às suas fronteiras com a Síria, Irã e Iraque, além de um movimento contrário da Grécia sobre a entrada turca. Apesar do difícil relacionamento com a Grécia, inicialmente, houve uma tentativa de cooperação em favor de uma melhoria das relações entre palestinos e israelenses (Aka, 2014). Mas por conta da Questão do Chipre, o relacionamento entre ambas era desconfortável e complicado.

Fatima Abushanab (2020) dedicou sua pesquisa a compreender o comportamento do governo turco após o fim da Guerra Fria. Segundo a autora, o Ocidente está deixando de ser visto como a única parcela que importa para o restante do mundo, gradativamente. E os países que não estavam neste tabuleiro central, passaram a contestar a ordem vigente, criando associações e alianças entre si, que fogem atualmente do arcabouço de poder dos EUA.

Segundo Abushanab, a posição geográfica ocupada pela Turquia lhe deu possibilidade de assumir uma atuação internacional, para além do seu papel até então, apenas regional. Esta importância estratégica deu à Turquia a capacidade necessária para reagir contra as pressões dos EUA na região. Assim, também há de se considerar, consequentemente, a gradativa perda de poder relativo dos EUA para outras potências, como a China e, em determinadas circunstâncias, também para a Rússia (Mearsheimer, 2018); (Walt, 2018).

Voltamos mais uma vez, assim, à geopolítica, tal como Davutoğlu havia ressaltado em seu livro, o qual inspirou o AKP e a ideologia Neo-Otomanista. Muito mais do que outros países, a Turquia não pode dissociar a sua geografia das suas estratégias políticas. Muito mais do que outros países, que precisam trabalhar na expansão de poder para outras

áreas do mundo, projetando suas forças armadas a fim de conquistar poder relativo, a Turquia precisa atuar diretamente em seu Estado e em sua posição geográfica para conseguir prosperar enquanto um Estado-nação de peso no cenário internacional.

Assim, muito mais direcionado para a soberania turca do que os governos anteriores ao seu, Erdoğan criou o AKP nos anos 2000, com vistas a romper com o ciclo de golpes de Estado na Turquia. Seu autoritarismo, fortalecido especialmente após a tentativa de Golpe de Estado em 2016, demonstra que seu governo não está disposto a aceitar tamanha influência externa em seus assuntos estratégicos nacionais[15].

Podemos notar essas mudanças através de ações de Erdoğan. Algumas questões ocorridas nas relações entre Turquia e o Ocidente ferem o orgulho e a estratégia turca, o que faz o governo do AKP questionar algumas definições, como os tratados fronteiriços com a Grécia. Em 2016, pouco após mais uma tentativa de golpe de Estado (a sexta na história da República da Turquia), Erdoğan passou a questionar cada vez mais os acordos entre fronteiras com a Grécia e isto traria muita instabilidade nas relações entre ambos. Assim, a reação turca causou conflito não somente com a Grécia, mas também com a própria UE, uma vez que isto afetaria as próprias fronteiras da UE em si (Aitoro, 2016).

Outra situação que veio à tona foi a falta de apoio do Ocidente aos interesses turcos no Chipre na década de 1970, mesmo sendo a Turquia um país que aderiu à estratégia de defesa ocidental e abdicou de suas próprias características culturais, com vista a fazer parte deste "novo mundo". Esta falta de reciprocidade segue até os momentos atuais, onde as discussões sobre a reunificação da ilha são usadas constantemente por EUA e UE como forma de ameaça sobre qualquer comportamento do governo turco mais direcionado a questões nacionalistas, tal como as disputas pelo direito de exploração de gás no Chipre, negado à Turquia no ano de 2018 (Hoffman, 2021).

Lembrando que, após a invasão turca do Chipre, em 1974, os EUA e a UE realizaram um embargo à Turquia, deixando de fornecer armamentos, o que fez com que Özal buscasse formas de promover a industrialização do país, por conta própria, sem a ajuda externa. O resultado foi que, no final dos anos 1980, a Turquia se tornou uma grande fornecedora de armamentos, após crescer em muito em sua indústria de Defesa Nacional. Assim, apesar de Özal ter sido um presidente entusiasta do modelo americano e seu liberalismo, a situação fez com que a Turquia tirasse algumas lições sobre a necessidade de se tornar mais independente (Laçiner, 2009, p.174-175).

---

15. Entendemos que o autoritarismo de Erdoğan, fortalecido após a tentativa de golpe de Estado, neste ano, é uma reação esgotada, na busca de romper com a sequência de golpes que o país sofreu desde a sua formação. Há evidências de que caças que decolaram da base militar dos EUA na Turquia, a base de Incirlik, participaram ativamente do golpe: "Turkish KC-135 tankers had operated from Incirlik as part of the coup attempt" (Salmi, 2023, p. 160). Dado isto, mais uma vez, assim como foi apresentado na parte dois deste artigo, houve participação e ciência dos EUA sobre tentativas de deposição de governos na Turquia. Além disso, na literatura acadêmica, diversos autores já correlacionaram o fortalecimento de regimes autoritários às pressões e interferências externas, como Sebastian Hellmeier, na obra: How foreign pressure affects mass mobilization in favor of authoritarian regimes. European Journal of International Relations, de 2020. DOI: 10.1177/1354066120934527; ou Perry Mars, na obra "Foreign Influence, Political Conflicts and Conflict Resolution in the Caribbean", de 1995.

A reação turca contou com uma aproximação com a Rússia, no contexto em que Akçali e Perinçek (2009) levantaram o debate sobre o "Pensamento Euroasianista". Este movimento teria sido retomado pela Rússia e estaria influenciando países euroasiáticos, como Turquia, Irã, China, países da Ásia Central e Paquistão, a retomarem seus papéis enquanto atores soberanos, através de uma política econômica e até mesmo, de entusiasmo pela retomada de laços culturais em comum entre todos estes países.

Estes traços estariam sendo resgatados após uma percepção sobre a grande influência do mundo Ocidental em seus países, especialmente na década de 1980, devido às grandes restrições impostas pelo FMI nas suas economias. É importante relembrar que, com o fim da Guerra Fria, os EUA saíram como a única potência, tornando o mundo globalizado em um sistema unipolar, com um poder assimétrico em relação aos outros países. Assim, não havia espaço para que outros países tivessem uma política externa mais independente. Já nos anos 2000, essa dinâmica de distribuição de poder começou a mudar, através um processo de desconcentração que permitiria um maior espaço para articulações dos demais países de forma autônoma ou frente aos EUA.

O resultado foi uma aproximação entre Ankara e Moscou onde ficou claro o posicionamento muito mais direcionado à autonomia e independência de tomada de decisão em relação ao Ocidente, tomada por Erdoğan, que optou pela aquisição, no ano de 2017, do sistema de defesa aérea S-400[16], da Rússia, mesmo sendo membro da OTAN (aliança criada para conter a ex-URSS).

Essa decisão desafiou diretamente a aliança da OTAN e resultou na exclusão da Turquia do programa de caças F-35 liderado pelos EUA (Haugom, 2019). Importante destacar que essa ocasião representou o maior estremecimento das relações entre Turquia e OTAN desde a década de 1970. A parceria estratégica com Moscou estendeu-se também ao campo energético, com a construção do gasoduto *TurkStream*, que fortaleceu o papel da Turquia como corredor energético para a Europa e reduziu sua dependência de rotas tradicionais (Oran, 2010).

Haugom (2019) analisa que a Turquia ainda carrega algumas cicatrizes na sua história, que influenciam até hoje a sua busca pela retomada da autonomia. Segundo o autor, mesmo que o Tratado de Sèvres não tenha sido implementado, suas marcas persistiram no imaginário turco uma reação às humilhações deste tratado para a formação da República turca. Como visto anteriormente, a Turquia vem desde a década de 1970 tentando renegociar suas fronteiras marítimas turcas com a Grécia a fim de obter os ganhos necessários para a retomada de seu papel estratégico enquanto potência regional e, consequentemente, global.

Haugom (2019) também ressalta que a estratégia adotada pelo AKP, influenciada por Davutoğlu, não era trocar as parcerias turcas com o Ocidente por novos parceiros, mas sim, reforçar para estes, a importância da Turquia, de fato. Assim, relações comerciais foram ampliadas

16. A Turquia gastou cerca de US$2,5 bilhões na compra dos S-400 da Rússia. Ver mais em: https://caspianpolicy.org/research/articles/ankara-moscow-seal-s-400-missile-deal. Acesso em: 14 de março de 2026.

de forma a captar mais recursos para o desenvolvimento do país. Como reação, o governo de Erdoğan vem investindo muito em segurança nacional, especialmente após a tentativa de golpe em 2016[17]. Na ocasião, ficou claro que, sempre que a Turquia buscar assumir algum papel de maior autonomia, haverá tentativa de interferência externa.

Paralelamente, Erdoğan buscou estreitar laços com potências emergentes e atores não-Ocidentais, tal como fizera Özal. A aproximação com a China, no âmbito da Iniciativa "Cinturão e Rota", visou atrair investimentos em infraestrutura e ampliar a presença econômica turca na Ásia (Abushanab, 2020). No tabuleiro do Oriente Médio, a Turquia adotou uma postura muito mais ativa e, até mesmo, intervencionista, apoiando grupos aliados na Síria e na Líbia, e posicionando-se firmemente na questão palestina, em contraste com a postura mais discreta dos governos kemalistas (Murinson, 2012).

Em se tratando de um plano mais institucional, temos destaque com a frustração perante o longo processo de tentativa de adesão da Turquia à UE, a qual nunca se realizou e, assim, catalisou uma busca por alternativas. Assim, a Turquia intensificou sua atuação em fóruns internacionais, como a Organização para a Cooperação Islâmica (OCI). Além disso, explorou uma maior integração com organizações de países de maioria muçulmana e turcomana. Mais recentemente, o interesse manifestado em aderir ao BRICS simboliza a ambição de fazer parte de um bloco que contesta a ordem internacional liderada pelo Ocidente (Taspinar, 2018). Esta movimentação reflete uma estratégia calculada de diversificação diplomática e econômica.

Erdoğan também agiu de forma autônoma na OTAN quando vetou a entrada da Áustria na OTAN, uma vez que a Áustria se opôs à entrada da Turquia na UE. O mesmo ocorreu em 2022 quando Erdoğan vetou a entrada da Finlândia e da Suécia na OTAN, devido ao apoio que estes países dão aos Curdos, considerados inimigos de Estado desde sua atuação na Guerra da Síria[18].

Dados os casos citados nesta seção, temos que o governo Erdoğan iniciou uma profunda reconfiguração das alianças e parcerias internacionais da Turquia. Ao fortalecer laços com a Rússia, engajar-se com a China, adotar um papel cada vez mais ativo no Oriente Médio e, ao desafiar abertamente a OTAN e a UE, Ankara demonstrou uma evidente ruptura com a Política Externa de alinhamento automático ao Ocidente, característica do período Kemalista. Esta nova orientação, fundamentada no Neo-Otomanismo, busca reposicionar a Turquia como um ator global autônomo e de primeiro plano, capaz de articular uma rede de relações que traz destaque à sua "profundidade estratégica" e às suas ambições de potência regional e global.

17. De acordo com o SIPRI (Stockholm International Peace Research Institute), a Turquia aumentou seus gastos militares para US$25 bilhões, no ano de 2024, representando 1,9% do PIB do país. O orçamento anual de defesa também aumentou nos últimos quatro anos, saindo de US$13 bi para US$32.6 bi. Em 2024, as exportações do setor de defesa e aeroespacial turco chegaram a cerca de US$7,1 bilhões, em comparação com o ano anterior, que contou com US$5,5 bilhões. Disponível em: https://www.sipri.org/publications/2014/sipri-insights-peace-and-security/measuring-turkish-military-expenditure. Acesso em: 08 out. 2025.
18. Ver mais em: https://istoe.com.br/erdogan-ameaca-bloquear-entrada-de-suecia-e-finlandia-na-otan. Acesso em: 09 out. 2025.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das análises realizadas, temos evidências de que o governo de Erdoğan apresenta ações muito mais autônomas e coerentes com uma busca pela autonomia turca, com relação aos governos anteriores no país, sempre submetidos aos interesses internacionais, especialmente dos EUA e da OTAN, desde 1952.

O desmembramento do Império Turco-Otomano representou um processo de submissão da Turquia e das demais fatias territoriais que fizeram parte do império, aos interesses europeus, vencedores da guerra.

Conforme evidenciado, o Kemalismo instituiu um modelo de inserção internacional que acabou por subordinar os interesses nacionais turcos a um alinhamento estratégico com o Ocidente, personificado especialmente após a adesão à OTAN e na busca frustrada por um lugar na União Europeia. Este período de "Diplomacia Pendular", como vimos, foi marcado por breves momentos de assertividade nacionalista, como a invasão do Chipre em 1974. Esses momentos eram rapidamente contidos pela estrutura de poder Kemalista e pelas pressões da aliança ocidental e acabaram por fomentar uma mudança na estratégia turca que viria em seguida.

A própria guinada internacional, como o fim da Guerra Fria, trouxe mudanças favoráveis a uma postura mais assertiva a país, até então dedicado a agradar seus parceiros ocidentais. O projeto Neo-Otomano, gestado embrionariamente por Turgut Özal (presidente no momento do fim da Guerra Fria) e teorizado por Ahmet Davutoğlu sob a Doutrina da "Profundidade Estratégica", consolidou-se como o novo eixo orientador da política externa turca, deliberadamente contrapondo-se ao legado ocidentalizante e estritamente secular do Kemalismo.

Sob o governo de Erdoğan, essa lógica foi invertida. A hipótese central deste artigo confirma-se ao observar a transição de uma Turquia que apenas reagia à ordem internacional para uma Turquia que buscaria moldar essa ordem, reconhecendo o seu papel e valor estratégico para o Ocidente (quando passou a barganhar e a recusar o apoio total aos seus vizinhos) e para si mesma (quando assumiu os projetos nacionalistas, mesmo que o a OTAN e os EUA discordassem), como quando se aproximou da Rússia.

Assim, através de uma Política Externa multidimensional e assertiva, Ankara diversificou suas parcerias, mesmo sob o risco de crise com a OTAN, engajando-se não somente com a Rússia, mas também com a China, além de atuar como um player decisivo nos cenários do Oriente Médio e do Cáucaso.

Taspinar (2018) destaca que faz parte do *Turkish Gaullism*, uma cultura transnacional ou de reciprocidade, ou seja, a forma a qual os demais países tratam a Turquia, determina como a Turquia tratará estes países. Essa ideia materializou-se em ações concretas, como o veto a expansões da OTAN, a aquisição de sistemas de defesa rivais e a abertura a blocos como os BRICS, representando manifestações de uma soberania reivindicada e de uma busca por autonomia estratégica. Neste sentido, tão logo Erdoğan tomou parte da doutrina de Davutoğlu, tornou-se possível notar

uma mudança considerável, através de ações, respostas, posicionamentos, negativas, barganha e atitudes, realizadas pelo governo turco, perante as pressões do Ocidente.

Isto ocorre, pois o país desfruta de grande prestígio dentro da OTAN, onde, por sua posição geográfica estratégica, recebeu muito investimento e capacidade bélica, o que o coloca como um forte ator armado, que deve permanecer ao lado da aliança. Dessa maneira, observa-se que o governo turco percebeu que pode se posicionar, questionar e agir, mesmo sem o aval do Ocidente. Em termos de localização, como já mencionado, a Turquia é estratégica, não somente para a OTAN ou para o Ocidente, como também para o equilíbrio de forças no Oriente Médio.

A Era Erdoğan não parece ser um breve desvio tático, mas sim, a expressão madura de um projeto político que resgata a herança otomana não como nostalgia, mas como estratégia. Esta ideia busca reposicionar a Turquia como um centro de poder, um ator indispensável cuja localização geográfica e profundidade histórica são mobilizadas para desafiar a condição de periferia do sistema ocidental. As cicatrizes do Tratado de Sèvres e a frustração com a falta de reciprocidade dos seus parceiros Ocidentais foram aspectos catalisadores dessa transformação.

Dessa forma, o Neo-Otomanismo de Erdoğan evidencia, efetivamente, a ruptura com o Kemalismo, ao propor uma nova resposta à questão que sempre permeou a política turca, ou seja, como uma potência com o passado e a geografia da Turquia deve ocupar o seu lugar no mundo. A resposta de Erdoğan e do AKP é clara ao aplicar uma independência assertiva, reivindicando uma esfera de influência própria e construindo um multilateralismo que espelhe suas ambições de potência global.

REFERÊNCIAS

ABUSHANAB, Fatima Gülhan. **State Behavior of an Efficacious Actor in the Time of Global Power Transition**: A Case Study of Turkey in the Post-cold War Era. 2020. Tese de Doutorado. Ankara Yıldırım Beyazıt Üniversitesi Sosyal Bilimleri Enstitüsü.

AITORO, Jill. **Greece Defense Official**: Contest Treaty, Contest EU Borders. Disponível em: https://www.defensenews.com/global/2016/10/07/greece-defense-official-contest-treatycontest-eu-borders/. Acesso em: 07 out. 2016.

AKA, H. Burç. Paradigm Change in Turkish Foreign Policy after Post-Cold War. **Alternatives: Turkish Journal of International Relations**, v. 13, n. 3, p. 55-73, 2014.

ASLAN, Omer. **The United States and Military Coups in Turkey and Pakistan**. Switzerland: palgrave macmillan, 2018.

ATAMAN, Muhİttİn. **July 15 Coup Attempt in Turkey**: Context, Causes and Consequences. Turkey: Seta, 2017. p. 276.

AYDIN, Alev Dilek. **Mosul question (1918-1926)**. 2004. Dissertação de Mestrado. Sosyal Bilimler Enstitüsü.

BALCI, Meral; BİLGÜ, Res Asst Hamza. **Turkish foreign policy in context of Algerian war of independence**. 2020.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A segunda guerra fria**: geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos: das rebeliões na Eurásia à África do Norte e ao Oriente Médio. Editora José Olympio, 2014.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **Power and Principle**: Memoirs of the National Security Adviser, 1977–1981. New York: Farrar, Straus and Giroux, 1983.

BRZEZINSKI, Zbigniew. **O grande tabuleiro mundial**: a supremacia americana e seus imperativos geoestratégicos. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 1997.

BUTLER, Daren. **Body of Turkish ex-leader shows signs of poisoning**. 26 Nov. 2012. Disponível em: https://www.reuters.com/article/us-turkey-president-autopsy/body-of-turkish-ex-leadershows-signs-of-poisoning-paper-idUSBRE8AP09220121126. Acesso em: 26 nov. 2012.

DAVUTOĞLU, Ahmet. **Turkey's foreign policy vision**: an assessment of 2007. Insight Turkey, p. 77-96, 2008.

GOFF-TAYLOR, Moira. **The Shifting Drivers of the AKP's EU Policy**. Washington, DC: Wilson Center, 31 mai. 2017. Disponível em: https://www.wilsoncenter.org/publication/the-shifting-drivers-the-akps-eu-policy. Acesso em: 13 mar. 2026.

GÖKALP, Ziya. **Kızıl elma**. Ötüken NeŞriyat AŞ, 2015.

HAUGOM, Lars. Turkish foreign policy under Erdogan: A change in international orientation?. **Comparative Strategy**, v. 38, n. 3, p. 206-223, 2019.

HILTON, Stanley E. **A Guerra Secreta de Hitler no Brasil**: a luta pelo controle dos mares e a indústria bélica, 1933-1945. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

HOFFMAN, Max. Flashpoints in US-Turkey Relations in 2021. **Assessed April**, v. 1, p. 2021, 2021.

KAPLAN, Robert D. **A vingança da geografia**: A construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

KELLY, Philip. **Checkerboards and Shatterbelts**: The Geopolitics of South America. Austin: University of Texas Press, 1997.

LAÇINER, Sedat et al. Turgut Özal Period in Turkish Foreign Policy: Özalism. **USAK Yearbook of Politics and International Relations**, n. 2, p. 153-205, 2009.

MEARSHEIMER, John J. **The Great Delusion**: Liberal Dreams and International Realities. New Haven: Yale University Press, 2018.

MURINSON, Alexander. The strategic depth doctrine of Turkish foreign policy. **Middle Eastern Studies**, v. 42, n. 6, p. 945-964, 2006.

MURINSON, Alexander. **Turkish foreign policy in the twenty-first century**. Begin-Sadat Center for Strategic Studies, 2012.

NASSER, Reginaldo; MORAES, Willian Roberto. A política externa turca no pós-2011: das revoltas árabes à ascensão do Estado Islâmico. **Carta Internacional**, [s.l.], v. 11, n. 2, p.5-27, 31 ago. 2016. Associação Brasileira de Relações Internacionais - ABRI. http://dx.doi.org/10.21530/ci.v11n2.2016.555.

ORAN, Baskın; AKDEVELIOĞLU, Atay; AKŞIN, Mustafa (Ed.). **Turkish foreign policy, 1919-2006**: Facts and analyses with documents. University of Utah Press, 2010.

ÖZAL, Turgut. **Turkey in Europe and Europe in Turkey**. Nicosia: K. Rustem, 1991.

SULLIVAN, Amelia. Unconditional Surrender: The Rise of President Erdogan and the end of Kemalist Turkey. **History in the Making**, v. 11, n. 1, p. 5, 2018.

SURID, AKHAND SHARIF. 2017, Ankara. **1960 Coup d' Etat**: The First Coup in Turkish Republic. Ankara: Gazi University, 2017. 6 p. Disponível em: . Acesso em: 17 jun. 2019.

TASPINAR, Omer. **Turkey and the West**: Erdogan's Foreign Policy. Brookings Institution, 2018. Disponível em: https://www.brookings.edu/articles/turkey-and-the-west-erdogans-foreign-policy/. Acesso em: 29 dez. 2023.

ÜSTÜN, Senem. Turkey and the Marshall Plan: strive for aid. **The Turkish YearBook of International Relations**, n. 27, p. 31-52, 1997.

WALT, Stephen M. **The Hell of Good Intentions**: America's Foreign Policy Elite and the Failure of Utopia. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2018.

YIALLOURIDES, Christodoulos K.; LANGIDES, Afendoulis T. Turkish external orientation and political culture. **Études helléniques/Hellenic Studies**, v. 20, n. 1, p. 23-31, 2012.

YILMAZ, İhsan. **Erdoganizme kemalizmden.** Ufuk, 2015.

ZEYDANLIOĞLU, Welat. The white Turkish man's burden: Orientalism, Kemalism and the Kurds in Turkey. **Neo-colonial mentalities in contemporary Europe**, v. 4, n. 2, p. 155-174, 2008.

ZÜRCHER, Erik J. **Turkey: A modern history**. Bloomsbury Publishing, 2017.